

EXPLORANDO O POTENCIAL DAS DÉCIMAS URBANAS NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO DE UM BECO DE PORTO ALEGRE, 1897-1924

EXPLORING THE POTENTIAL OF PROPERTY TAX RECORDS ON THE HISTORY OF THE MODERNIZATION OF AN ALLEY IN PORTO ALEGRE, 1897-1924

Lucas Soares Machado¹

RESUMO

O presente artigo pretende discorrer sobre a potencialidade do uso dos registros da décima urbana na análise da história da urbanização e modernização das cidades brasileiras. Tomando-se como exemplo o caso do Beco do Fanha, antiga viela que percorria duas quadras do centro histórico de Porto Alegre, entre as ruas Riachuelo, dos Andradas e Sete de Setembro, pretende-se demonstrar que a documentação sugerida pode se mostrar propícia para, relacionada a recursos cartográficos, desvendar as formas materiais e usos dos imóveis urbanos da cidade, bem como suas transformações ao longo do tempo. Para isso, tomar-se-á o recorte temporal dos anos 1897 a 1924, período no qual Porto Alegre passava por um sensível aumento populacional, o que também desencadeou medidas governamentais para lidar com a questão habitacional e urbana.

Palavras-chave: Décima urbana. Reforma urbana. Becos.

ABSTRACT

This article intends to discuss the potential use of property tax records in the analysis of the history of urbanization and modernization of Brazilian cities. Taking as an example the case of Beco do Fanha, an old alley that ran for two blocks in the historic center of Porto Alegre, between Riachuelo, dos Andradas and Sete de Setembro streets, the intention is to demonstrate that the suggested documentation can be able to, in relation to cartographic resources, reveal the material forms and uses of urban properties in the city, as well as their transformations over time. For this, the time frame of the years 1897 to 1924 will be taken, a period in which Porto Alegre was going through a significant population increase, which also triggered governmental measures to deal with the housing and urban issues.

Keywords: Property tax records. Urban reform. Alleys.

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, RS, e é atualmente aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

INTRODUÇÃO

O atual centro histórico de Porto Alegre mantém características urbanísticas que datam desde os primórdios da ocupação açoriana em meados do século XVIII. O traçado das principais ruas daquela região remete às primeiras vias do povoado, já presentes no mapa elaborado em 1772 pelo capitão-engenheiro Alexandre Montanha, “designado para demarcar as primeiras ruas, o lote de cada colono, o lugar da futura igreja e da sede da administração” (MONTEIRO, 1995, p. 23).² Ruas como a da Praia, da Ponte e Formosa, atualmente correspondem, respectivamente, à Andradadas, Riachuelo e Duque de Caxias. Constata-se, dessa forma, uma espécie de continuidade entre aquelas formas originais e os contornos atuais, ao menos na dimensão viária.

Mas uma série de outras vias, mais estreitas e de comprimentos diversos, geralmente posicionadas transversalmente sobre terrenos acidentados da escarpa que atravessa o centro histórico, passaram por uma série de reformas ao longo das primeiras décadas do século XX, muitas das quais desaparecendo completamente. Entre essas, podemos citar a antiga Travessa Angustura, que, antes de ser demolida na década de 1920, ligava as atuais Rua Gen. Andrade Neves e Rua dos Andradadas, provavelmente de forma semelhante à ainda existente Travessa Eng. Acilino de Carvalho. Também houve casos como o do Beco do Poço, como era conhecida uma extensão da antiga Rua General Paranhos, demolido no processo de abertura da Avenida Borges de Medeiros, também no final da década de 1920. Foi assim também com o Beco do Rosário, que, ao longo dos anos, deu lugar à Avenida Otávio Rocha, e com o Beco da Cadeia, substituído pela Avenida Sen. Salgado Filho. Nesses casos, houve um rasgo material no tecido urbano da cidade, manifestado na abertura de importantes avenidas que renovaram o fluxo do centro histórico.

A proposta deste trabalho é discorrer sobre a outra dimensão desse processo: sobre os antigos becos de Porto Alegre que não desapareceram por completo, mas foram alargados e transformados em ruas propriamente ditas; ou, mais especificamente, discorrer sobre as possibilidades de pesquisa em história urbana a partir do uso das décimas urbanas, tomando como exemplo o caso do Beco do Fanha, substituído ao longo do século XX

2 “Desse traçado do capitão Montanha não se possui a provável planta que o orientou, e as representações imaginadas que dela se fizeram em anos posteriores — como a de Paranhos Antunes, em 1940, ou a de Clóvis Oliveira, em 1987 [...] já assinalam, ao lado das primeiras ruas, a presença do Beco dos Guaranis [...]” (PESAVENTO, 2001b, p. 100). Não reproduzirei aqui nenhum das versões dessa planta, devido ao limite de páginas. Cf.: PESAVENTO, Sandra. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b.

pela atual Rua Caldas Júnior. Foi Maurizio Gribaudi quem postulou que “se cada cidade carrega a impressão dos traços que a marcaram desde seu nascimento, cada momento de sua evolução deixou suas marcas” (GRIBAUDI, 2015, p. 12, tradução nossa).³ As formas (viárias em sua maioria, mas também arquitetônicas, em certa medida) do centro histórico da capital gaúcha carregam em si, “como as linhas da mão”, para citar Calvino, os caracteres da cidade colonial, de ocupação orgânica e popular, que não puderam ser apagados mesmo após um século de reformas urbanas.

Para analisar o Beco do Fanha e suas transformações, usaremos a metodologia proposta por Beatriz P. S. Bueno nas pesquisas que culminaram em sua tese de livre-docência sobre a história da urbanização da cidade de São Paulo (2005, 2018a, 2018b). Nelas, Bueno fez uso das décimas urbanas da capital paulista como fonte primária de análise, por julgar que essa documentação é especialmente útil para:

[A]nalisar índices materiais de leitura de cidade, tais como a natureza dos imóveis — freguesia a freguesia, rua a rua, lote a lote —, tipologias edilícias, usos, proprietários, inquilinos e valores, sendo possível imaginar a geografia dos usos e usuários dos espaços em retrospectiva, mensurando índices de riqueza e pobreza numa espécie de “Geo-História” de matriz braudeliana (BUENO, 2018a, p. 6).

Aliado à utilização das décimas urbanas, que eram uma forma de tributo pago à administração municipal pela posse de imóveis urbanos, Bueno propõe a adaptação de uma planta da área urbana da cidade estudada a fim de se criar um mapa-base, permitindo justapor informações das fontes escritas e observar “a reconstituição de aspectos concretos do tecido urbano” (BUENO, 2005, p. 64).

As fontes utilizadas neste artigo, portanto, serão as décimas urbanas do Beco do Fanha relativas ao intervalo temporal de 1897 até 1924.⁴ A planta utilizada para realizar a justaposição de informações é o Levanta-

3 “Si chaque ville porte l’empreinte des traits qui l’ont marquée dès la naissance, chaque moment de son évolution a laissé ses marques”. Cf.: GRIBAUDI, Maurizio. Continuité et changements dans l’évolution d’une ville. Notes et questions sur le Paris de la première moitié du XIXe Siècle. Paris: *Transversalités*, no. 134, 2015/3, pp. 11-28.

4 As décimas urbanas consultadas nesta pesquisa se encontram no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), Fundo Fazenda, sob a rubrica Imposto Predial. A documentação é composta por grandes livros que contêm as informações respectivas aos logradouros da cidade, de ano a ano. Faltam, no recorte temporal assumido neste exercício, os anos de 1902 e 1913.

mento Cadastral de 1893, elaborado pelo engenheiro Guilherme Ahrons.⁵ Objetiva-se compreender quais eram as características predominantes da via no tocante à dimensão material, isto é, quais eram os tipos de imóveis presentes no beco e quais as dinâmicas de sua ocupação; além disso, pretende-se analisar a maneira como esse espaço foi desestruturado ao longo dos anos pela ação da Intendência Municipal num processo de reformas que teve início por volta do ano de 1912 e cujo fim extrapola o teto temporal adotado nesta pesquisa.

Para isso, o texto será dividido em três seções, além das considerações finais. Na primeira parte, pretende-se explanar brevemente sobre as características da urbanização da cidade de Porto Alegre e sobre a formação dos becos ao longo de sua história. Na segunda, serão analisadas algumas características das décimas urbanas como fonte de pesquisa em história. Por fim, tratar-se-á das formas materiais da via ao longo dos 28 anos de recorte temporal, prestando atenção às desapropriações, demolições e transformações ocorridas ao longo desse tempo.

1 OS BECOS NA URBANIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE

A formação de Porto Alegre data do final do século XVIII e está ligada aos esforços de ocupação do território do extremo sul da colônia portuguesa. Por volta de 1752, a região da península, que compreende o atual centro histórico da cidade (acrescido, atualmente, de diversos aterros), e que fora doada como sesmária, passa a abrigar uma pequena povoação de casais açorianos que deveriam ocupar as terras das Missões a oeste da província. O povoado prospera, muito embora não receba subsídios governamentais até 1772. Vinte anos após o início da ocupação açoriana na região, as principais vias de acesso à povoação passaram por melhorias e um especialista (o supracitado capitão-engenheiro Alexandre Montanha) foi designado para realizar o traçado urbano. Em 1773, tanto por motivos estratégicos quanto pelo desenvolvimento local, a administração central da colônia eleva a vila à condição de capital da província, em detrimento de Viamão.

Em sua dissertação de mestrado, Ana Luiza Koehler remete as formas originais de Porto Alegre à tradição urbanística portuguesa do período

5 Sobre este, Günter Weimer salientou que era “engenheiro e poeta [...], pai de Rudolph Ahrons que se tornaria famoso construtor em Porto Alegre, nos tempos em torno da Primeira Grande Guerra” (WEIMER, 1979, p. 196). O trabalho de Ahrons resultou em uma planta descontinua de Porto Alegre, composta por múltiplas páginas que retratam partes individuais da cidade em escala 1:2000. A planta foi consultada no acervo de mapas e plantas do AHPAMV. Cf.: WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848 – 1858. In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, n. 6, v. 2, p. 151-205, 1980.

colonial. Essa tradição seria caracterizada pela incorporação de elementos urbanísticos medievais às formas das cidades islâmicas. Os lotes traçados segundo essa matriz eram “tipicamente estreitos e profundos, com sua geometria profundamente relacionada às formas das edificações que neles [eram] construídas” (KOEHLER, 2015, p. 55). A povoação açoriana teve início na península que se estende sobre o Guaíba, caracterizada pelo morro íngreme que a percorre, grosso modo, de oeste a leste, separando os campos alagadiços ao sul da região portuária ao norte. As principais vias traçadas no fim do século XVIII, já presentes no mapa de Alexandre Montanha, percorriam longitudinalmente o promontório, de modo que as vias transversais, gênese dos becos, eram geralmente ladeiras. Na parte mais alta da povoação foram instaladas as principais edificações administrativas, “desta forma, estavam representados todos os poderes, seculares e religioso, nos altos da península; na rua da Igreja [atual Duque de Caxias], em forma de acrópole, visíveis a todos (MONTEIRO, 1995, p. 26). Ainda segundo Koehler:

Pode-se assim dizer que o núcleo urbano primitivo de Porto Alegre é formado à luz da tradição urbanística portuguesa, ou seja, em sítio estrategicamente elevado e junto a um corpo d’água que lhe garantia a defesa. [...] Além disso, o fato de ter sido traçada por um engenheiro militar enviado pela Coroa portuguesa sinaliza um planejamento e erudição maiores na ação de ocupar o espaço (KOEHLER, 2015, p. 80).

O desenvolvimento urbano de Porto Alegre não foi rigoroso nas primeiras décadas do século XIX. É a partir da criação dos primeiros núcleos de colonização alemã próximos à cidade e aos afluentes que desaguam no Guaíba que a capital da província vivenciou um incremento em suas atividades urbanas, principalmente a partir da distribuição da produção agrícola daquelas colônias. Nesse período, a navegação pelos rios era “o único meio de transporte economicamente viável. Isto [tornou] Porto Alegre o escoadouro privilegiado de toda produção das colônias alemãs e italianas [...]” (SINGER, 1977, p. 159). Além de centro administrativo da região, a cidade passava a despontar como entreposto portuário, o que também agiria no sentido de atrair pessoas à procura de trabalho e moradia. De acordo com dados apresentados por Paul Singer, a população de Porto Alegre em 1848 beirava os 17 mil habitantes, sofrendo um acréscimo populacional de 41% em relação a vinte anos antes.

Na segunda metade do século XIX, Porto Alegre aparece como uma cidade em busca de um modelo de civilidade baseado na cultura europeia do período. “Constrói-se o Teatro São Pedro (1858), no alto da colina, que, com a Casa de Ópera, era opção de vida noturna [...]. Funda-se a Hidráulica

Porto-Alegrense (1865) que forneceu água [...] a domicílio ou nos chafarizes em locais públicos” (MONTEIRO, 1995, p. 31). Mas, consoante aos projetos de sociabilidade e modernidade idealizados pela elite local de proprietários de terras escravocratas e grandes comerciantes, outros espaços eram engendrados por outros atores. Nesse contexto surgem os becos, expressão que no século XVIII tem um sentido “de natureza mais propriamente topográfica, de rua estreita, com ladeira e aberta no curso natural de uma expansão urbana não planejada”, mas que, com o advento do século XIX, “cede lugar a uma designação depreciativa que traduz uma avaliação [negativa] ao mesmo tempo moral, estética e higiênica” (PESAVENTO, 2001b, p. 31).

A ocupação popular dos becos está ligada à sua formação histórica. Koehler, refletindo sobre uma citação de Achylles Porto Alegre, observa que “o cronista indica que o surgimento [do Beco do Fanha] se deu por iniciativa do seu primeiro morador, que também arbitrou a largura necessária para o trânsito na via” (KOEHLER, 2015, p. 132). Sabiamente, a autora remete essa constatação ao enunciado de Sandra Pesavento, no qual esta formula que “os becos se originam de uma ocupação ‘espontânea’ ou ‘orgânica’ da cidade que se adensa e espraia”, concluindo que “neste sentido, são também iniciativas que se tomam fora da norma ou da regra” (PESAVENTO, 2001b, p. 105).

Se inicialmente essas vias orgânicas tinham uma função mais limitada à ligação entre vias oficiais, com o tempo passam a ser elas também ocupadas por construções. Ana Luiza Koehler, discutindo a partir de contribuições de Sandra Pesavento e Gilberto Freyre, destaca dois momentos da ocupação dos becos. Em primeiro lugar, devido a sua topografia acidentada, esses espaços foram mais facilmente ocupados pelas classes abastadas, graças ao uso de trabalho escravo. Posteriormente, com o aumento populacional das cidades, esses primeiros habitantes migraram para regiões afastadas dos centros, dando origem a bairros nobres. Quanto às habitações erguidas nas vias transversais, “tornavam-se então moradias multifamiliares: era comum o aluguel de cômodos e mesmo porções às camadas mais pobres, criando sérios problemas sanitários e densificando o centro da cidade” (KOEHLER, 2015, p. 54-68).

Esse cenário é esquemático e precisaria ser confirmado de caso em caso. De fato, a separação entre os diversos grupos sociais não era absoluta, em especial nos becos. Sandra Pesavento chamou esses espaços de “lugares de enclave”, “pois expunham, pela contiguidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe” (PESAVENTO, 2001a, p. 98). Celia Ferraz de Souza corrobora essa ideia, situando habitantes abastados e despossuídos nos mesmos espaços da cidade:

Entre aqueles becos, um em especial, transversal e ladeirento, era o conhecido beco do Fanha, oficialmente chamado, já no início da República, de Travessa Paysandu. Segundo Pereira Coruja, que escreveu a partir de suas vivências na capital no século XIX, as moradoras da Travessa Paysandu “distinguiam-se pela vida alegre” (CORUJA, 1983 [1881], p. 112), certamente aludindo à prostituição exercida no local. Além disso, narra que o nome dado ao beco fora originado de um taverneiro fanho que residira naquela via que, já nos seus tempos, tinha as esquinas “ornadas com a placa de Travessa de Paissandu, para inglês ver, pois há de continuar a ser do Fanha para fazer companhia à sua vizinha dos Pecados mortais, Alto da Bronze, etc., etc.” (CORUJA, 1983 [1881], p. 113). Com isso, Pereira Coruja insinuava que a mudança de nomenclatura pouco interferia nas atividades que ocorriam no beco, e mesmo nos outros becos da vizinhança, que seguiam os mesmos.

Sérgio da Costa Franco, memorialista, indica que já em 1873, quando o beco recebe o nome oficial de Travessa Paysandu, numa alusão à vitória militar contra o Uruguai em 1864, na via residia o “ilustre médico, escritor e político Dr. José Antônio Caldre e Fião”. Essa informação é importante para pontuarmos que a noção de que a elite local havia abandonado o centro em favor dos arrabaldes é demasiadamente esquemática. Não podemos afirmar com certeza qual a dimensão desse fenômeno, apenas que, em alguns casos, os antigos sobrados coloniais eram habitados não por seus proprietários, mas por locatários que podiam ser, mas não necessariamente eram sempre, trabalhadores pobres.

Franco também indica que as obras de reforma da travessa estavam “praticamente concluíd[as]” em 1919. A rua então teria 13 metros de largura e contaria com os prédios modernos do jornal A Federação, da Caixa Econômica Federal e o Grande Hotel, que “concorreram decisivamente para inovar a imagem da Travessa Paysandu [...], que os velhos ainda insistiam em chamar de Beco do Fanha” (FRANCO, 1988, p. 92).⁶

2 DÉCIMAS URBANAS E HISTÓRIA DAS CIDADES

Os estudos interessados na história das cidades brasileiras, suas dinâmicas habitacional e imobiliária, o cotidiano de seus habitantes, sejam

6 “The belonging of commemorative street names to the symbolic foundations of the established order makes them, together with other symbolic expressions of power, potential focal points of political dissent and opposition, whereas the rejection of names by a population, or segments of it is a profound act of resistance”. Cf.: AZARYAHU, Maoz. The power of commemorative street names. *Environment and Planning D – Society and Space*, 14, pp. 311330, 1996. Pretendo aprofundar essa discussão em minha dissertação de mestrado.

eles locadores ou locatários, beneficiam-se muito do uso dos impostos da décima urbana como fonte primária. Essa documentação, disponível para Porto Alegre dos anos 1890 aos 1930, é rica em detalhes, convenientemente catalogados em categorias mais ou menos compreensíveis, apesar de serem fontes díspares quando comparadas de cidade a cidade.

Uma definição desse imposto é fornecida por Beatriz Bueno, pesquisadora que tem trabalhado há anos com a história de São Paulo a partir das décimas daquele município:

[...] a Décima Urbana foi o primeiro imposto predial, estabelecido para a Corte e principais vilas, cidades e lugares notáveis da faixa litorânea, pago à Fazenda Real, correspondendo a 10% do rendimento líquido de todos os bens de raiz, incidindo sobre proprietários e inquilinos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia (BUENO, 2005, p. 61).

Era, portanto, um imposto que insidia sobre imóveis urbanos e que, convenientemente, possibilitou a produção de listas detalhadas desses imóveis, seus proprietários, suas tipologias e valores. Como fonte de pesquisa, a décima é “sinônimo de área urbana, [e, como tal,] presta-se de maneira exemplar à reconstituição da sua tessitura” (BUENO, 2005, p. 62).

Para além da arrecadação, esse tipo de produção administrativa sobre a cidade, aliada às plantas e mapas, assinala uma preocupação em conhecer e controlar o espaço urbano. Maria Stella Bresciani nos lembra que, no século XIX, as autoridades públicas europeias, preocupadas com as condições sanitárias das cidades e com o grande número de epidemias, “deram maior ênfase ao ambiente urbano como campo de investigação” (BRESCIANI, 2014, p. 65). Daí se dá forma ao saber técnico sobre a cidade, gênese também da disciplina do urbanismo. De fato, Cleandro Krause e Fania Fridman, ao analisar a legislação urbanística de Porto Alegre na Primeira República, atribuem à administração pública um

[P]otencial de causar diferenciações espaciais que, ao fim e ao cabo, teriam contribuído para o aumento da segregação socioespacial interna à cidade, especificamente pela diferenciação dos lugares de residência das diferentes classes sociais (KRAUSE; FRIDMAN, 2017, p. 3).

Resultantes dessa preocupação das autoridades públicas sobre as cidades, as plantas, os relatórios, os projetos, entre tantos outros, permitem-nos, mediante uma lente histórica, vislumbrar um pouco das dinâmi-

cas urbanas do passado.

A Lei nº 5,⁷ que promulgou a décima em Porto Alegre, data de 1892. Foi elaborada após a Lei Orgânica, do mesmo ano, que organizou a divisão administrativa do município em seis distritos; era no 1º Distrito, que compreendia a ponta da península (o atual centro histórico), que se situava o Beco do Fanha.

Uma análise atenta dos dispositivos da Lei nº 5 permite compreender os critérios utilizados pelos fiscais, visíveis através da documentação consultada. O texto legal dispõe sobre a taxa do imposto, a forma do cálculo do valor locativo, as isenções, os prazos, as multas etc. É importante atentar ao método que embasava a cobrança; o art. 2º dispunha que o imposto seria calculado sobre o aluguel do prédio, se este estivesse ocupado, ou fixado pelo fiscal “por meio de um arbitramento razoável”. O fiscal poderia se basear, então, nos recibos e contratos de arrendamento ou aluguel, ou, na ausência destes ou em casos de suspeita de fraudes, arbitrar um valor provável de locação do imóvel, atentando “à sua capacidade, localidade e aluguel conhecido de outros [imóveis] em tal condição”.

Segundo o art. 9º, o lançamento do imposto era feito semestralmente. Sendo assim, os valores de locação presentes na documentação são, no geral, referentes, ou ao valor do aluguel multiplicado por seis, ou à arbitração do fiscal.

A Lei nº 5/1892 também discorria sobre os elementos que deveriam ser catalogados durante o lançamento do imposto, ato que geraria um registro por escrito. Como dito acima, há uma discrepância significativa entre as informações presentes nas décimas de diferentes cidades, como a de São Paulo em 1809, utilizado por Bueno, e a de Porto Alegre do início do século XX. Os campos mais interessantes para este exercício dizem respeito às tipologias prediais (ou edificações), que podiam variar de T (*térreo*), S (*sobrado*), Ass. (*assobradado*), entre outros mais específicos. No entanto, a décima de Porto Alegre também disponibiliza os nomes dos proprietários dos imóveis, seus valores de locação (cotados por semestre, como indicado acima), além de multas e outras despesas. Um campo que permite vislumbrar certas situações mais específicas é o Observações, podendo informar a respeito dos períodos em que os imóveis estiveram vazios, valores de alu-

7 Um arquivo em PDF contendo a Lei nº 5/1892 me foi fornecido gentilmente pelas equipes da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre e do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Após as tratativas, o material foi postado no Sistema Integrado de Referência Legislativa da PGM, sob o endereço: <https://legislacaosirel.portoalegre.rs.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/1892/4821/lei_5_1892.pdf>. Todas as citações foram extraídas dessa fonte.

guéis e transferências de proprietários.

Existem, portanto, possibilidades de pesquisa histórica a partir das décimas urbanas. Em especial, é num contexto de desapropriações de imóveis e reformas urbanas que a documentação do imposto predial permite observar as dinâmicas próprias das vias de uma cidade em um determinado momento histórico. O cruzamento com outras fontes, segundo Bueno, “permit[er] perceber a cidade em processo de transformação, imaginando-a um canteiro em obras e especulando sobre as lógicas e interesses que presidiam o bota-abaixo e as renovações sucessivas” (BUENO, 2018b, p. 14).

Por volta de 1912, durante a administração do intendente José Montauray, a atenção da Intendência Municipal recaiu, não em obras mais vultuosas, mas em fazer desaparecer o Beco do Fanha do centro da cidade. Em seu relatório para o Conselho Municipal naquele ano - os relatórios eram publicados pelo jornal *A Federação* -, Montauray estimou que as desapropriações e reformas do beco deveriam custar à Intendência o total de 1.074:153\$781 réis e que a máxima receita, a ser obtida através da venda de terrenos e materiais dos prédios demolidos, não passasse dos 564:000\$000 réis, o que geraria um déficit de 510:153\$781 réis à Intendência. Montauray também afirmou que os trabalhos visavam à valorização dos terrenos da rua, assim como ao preparo do local onde deveria ser construído um prédio para a Assembleia dos Representantes, o que não saiu do papel. Mas, acima de tudo, o intendente se disse “convencido mesmo da necessidade de fazer desaparecer esse beco da parte mais central da cidade” e que, para isso, já iniciara “algumas desapropriações por acordo amigável, faltando outras que se acham em negociação” (*A FEDERAÇÃO*, 03/12/1912, p. 3).

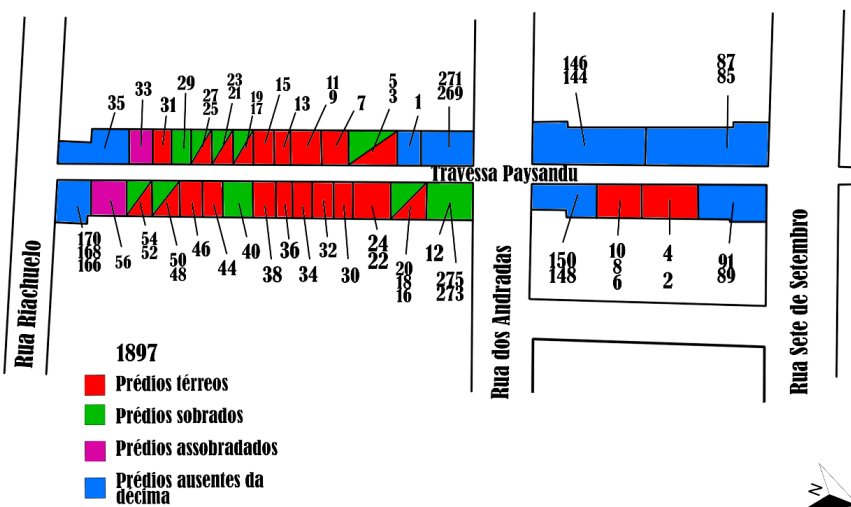
O que se verá, portanto, através da análise das décimas urbanas do Beco do Fanha, é um processo de desapropriação e destruição de uma via popular, dando lugar a uma rua “moderna” e a prédios valorizados.

3 O BECO DO FANHA ATRAVÉS DAS DÉCIMAS URBANAS (1897-1924)

Vejamus como a análise detida do Beco do Fanha pode aprofundar essa leitura sobre o espaço urbano, seus ocupantes e seus usos. Seleccionamos quatro anos distintos para servirem de “âncoras” para as discussões: 1897, por ser o primeiro ano da série e por proporcionar um retrato do Beco do Fanha no final do século XIX; 1904, por ser, ao lado de 1908, o ano em que se registrou maior número de imóveis na via; 1912, ano em que se colocou decisivamente em movimento o projeto de alargamento do beco; e 1921, quando se registrou o menor número de imóveis na via. Detenhamos nossa

atenção em um primeiro cruzamento de fontes, entre a décima urbana de 1897 e a planta de 1893 [Planta 2]. O elemento elencado nesta análise é a tipologia dos prédios.⁸

Planta 2 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1897



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 459, livro 48; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

Os dados indicam a existência de alguns sobrados e casas assobradadas entre uma preponderância de prédios térreos. Essa imagem condiz com um trecho de Sandra Pesavento no qual a autora analisa uma foto do antigo Beco do Fanha, concluindo que este “pouco parece sombrio. Tem calçada e iluminação, e suas construções são igualmente sobrados ou casas baixas” (PESAVENTO, 2001b, p. 104). Do total de 48 números inscritos no imposto predial daquele ano, 31 estavam registrados como térreos, 12 como sobrados e apenas dois como assobradados. Três casos (os números 18, 20 e 37) foram inconclusivos.

⁸ As plantas resultantes do cruzamento das informações das décimas urbanas com o Levantamento cadastral de 1893 foram elaboradas em três etapas: 1) fichamento das informações constantes nos registros da décima urbana do Beco do Fanha através do *software* Excel; 2) criação de um mapa-base digital a partir do traçado e demais informações presentes no Levantamento cadastral de 1893 por meio do *software* Adobe Photoshop; 3) imposição das informações da décima tocantes às tipologias prediais sobre o mapa-base, também no Photoshop.

A conformação da rua é bastante característica, e permanece assim por quase duas décadas, quando começa a se desconfigurar por volta de 1915. Percebe-se que o “miolo” do beco no trecho entre a Riachuelo e a Andradas é composto por grande número de casas térreas, assinaladas em vermelho na Planta 2. O lado da numeração ímpar (superior na Planta 2 e todas subsequentes) apresenta prédios com testadas mais estreitas, principalmente no trecho entre os números 13 (o menor da rua, com 4,7m de frente) e 31, dentre as quais, em 1897, algumas eram sobrados. Estes estavam concentrados na parte mais alta da rua, próximo à Riachuelo. Era lá também que se encontravam, no ano em questão, dois prédios designados como assobradados.

Os casos ausentes da décima decorrem de uma peculiaridade observada por Ana Luiza Koehler. Esta reparou que, no levantamento cadastral de 1893, “os imóveis de esquina — que parecem ser frequentemente mais alterosos do que os exemplares de meio de quadra dos becos — são quase todos registrados como pertencentes às ruas principais adjacentes” (KOEHLER, 2015, p. 199). Essa peculiaridade também se estende à décima urbana, possivelmente numa tentativa consciente, tanto de fiscais como de proprietários, de desvincular os imóveis de esquina, mais imponentes, do interior dos becos.

A separação de alguns prédios em térreos e sobrados atesta à sublocação daqueles espaços.⁹ Como assinala Koehler, “o sobrado [...] era então reservado aos mais abastados” enquanto o térreo “caracteriza[va]-se por uma ocupação comercial e funcional [...], abrigando depósitos, lojas, cocheiras e alojamento de escravos” (KOEHLER, 2015, p. 58). Embora a última designação seja anacrônica no período republicano, a dinâmica possivelmente era similar: serviam as casas térreas como alojamentos, por aluguel, para trabalhadores.

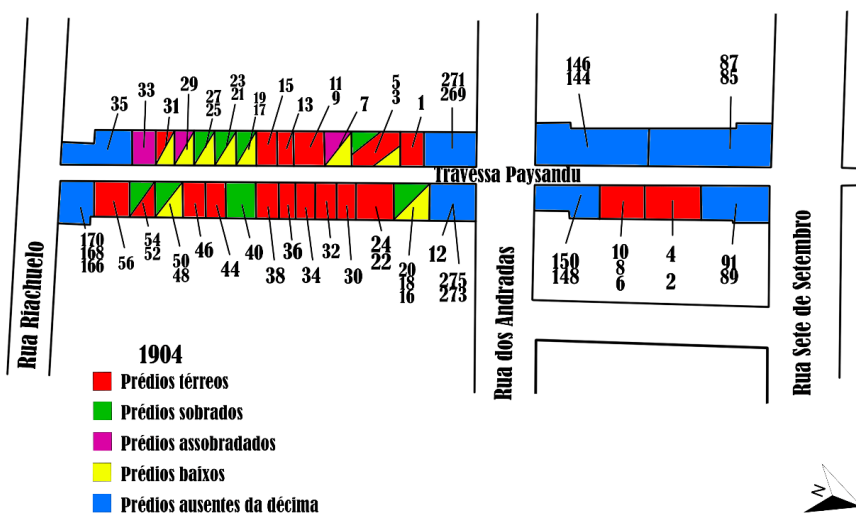
No tocante à habitação nesses imóveis, nota-se, em alguns anos, um movimento constante de ocupação e desocupação. Silvia Arend observou esse fenômeno na Porto Alegre de fins do século XIX, traçando, inclusive, uma comparação com o caso francês exposto por Michelle Perrot. Segundo o entendimento da autora, “o elevado preço dos aluguéis ocasionava, em grande parte, a constante mudança de endereço dessas pessoas” (AREND, 2001, p. 27). Foco do seu estudo, Arend se refere, aqui, aos populares, trabalhadores pobres, muitos ex-escravizados, que “residiam, na sua maioria,

9 Essas sublocações se manifestam na décima urbana através de divisões mais ou menos óbvias. Nos casos em que certos endereços têm seu número acrescido de uma letra, é fácil detectar uma subdivisão de um prédio; mas há também casos em que dois endereços distintos parecem fazer referência ao mesmo prédio.

em três tipos de habitações: nos chamados cortiços, em porões e casas térreas” (AREND, 2001, p. 29).

Se seguirmos, para 1904, o mesmo itinerário realizado na análise do ano de 1897 [Planta 3], a primeira coisa que perceberemos é o surgimento de uma nova categoria predial. A primeira menção à designação “baixo” aparece em 1899, vinculada ao prédio de número 29: este já figurava então como baixo e assobradado. Carlos Lemos lembra que a origem do termo sobrado tem relação ao “espaço sobrado”, que “tanto podia estar acima [do] piso como embaixo dele”, podendo, pois, caracterizar uma espécie de porão. Essa conformação era especialmente comum em “certos terrenos inclinados [que] permitem que embaixo do pavimento principal surja um pavimento inferior” (LE MOS, 1989, p. 33). Tais características, adequadas à Travessa Paysandu, podem justificar a presença de diferentes designações para os pavimentos de uma mesma construção. A designação baixo poderia se referir a um desses pavimentos inferiores, que não necessariamente se confundia com os pavimentos subterrâneos, que seriam propriamente chamados de porões.

Planta 3 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1904



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 470, livro 128; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

Em 1904, o Beco do Fanha atinge seu maior número de imóveis registrados na décima urbana. São 54 inscrições, seis a mais do que no ano de

1897. Os edifícios térreos não eram mais a maioria, mas ainda compunham metade dos imóveis da rua, totalizando 27 inscrições. Em seguida vinham 11 prédios baixos, oito sobrados, três assobradados, três sem designação e dois tipos únicos: 1º andar e 2º andar (números 40 e 40A). Estes surgirão em anos posteriores como sobrados, portanto, se os adicionarmos a essa categoria, teremos um total de dez sobrados em 1904.

As principais mudanças entre 1897 e 1904 dizem respeito à designação baixo que, em alguns casos, substituiu os térreos. No prédio 3-5, que também continha a subdivisão 3A, ausente da planta de 1893, houve tal troca: o 3A, térreo em 1897, passa a ser baixo em 1904, enquanto o 5, de sobrado passa a térreo, restando a designação sobrado ao número 3. A alteração também é registrada nos números 17, 21 e 25, que deixam de ser térreos para serem registrados como baixos. O mesmo se procedeu do lado de numeração par. No prédio 48-50, por exemplo, o número 48 sofreu a mesma mudança de térreo para baixo.

Alguns prédios ganharam novas subdivisões. O número 7 deixou de ser um prédio térreo para se tornar assobradado com um baixo de número 7A. Semelhante foi o caso do sobrado de número 29, que foi transformado em assobradado com um baixo de número 29A. Mais surpreendente é o número 31, térreo em 1897, que em 1904 é simultaneamente térreo (31) e baixo (31A). Já o assobradado número 56 de 1897 não passa de um prédio térreo em 1904.

É notório que há, na década de 1910, um grande número de matérias jornalísticas sobre desordens, agressões e alguns poucos assassinatos ocorridos no Beco do Fanha, especialmente veiculadas por A Federação em narrativas que variavam de pequenas notas até descrições detalhadas.¹⁰ Tais problemas de ordem social, e a atenção redobrada das autoridades, podem ter advindo do maior número de habitantes concentrados no beco naquela década. Um recenseamento da população da capital, realizado em 1910, registrou 245 moradores na via, dos quais 125 eram homens e 120 mulheres. Os prédios também são recenseados, constando 42 no Beco do Fanha (A FEDERAÇÃO, 01/02/1911, p. 1).

A partir desses dados é possível calcular que o número médio de moradores por prédio no Beco do Fanha era de 5,8. O número é genérico, pois não exprime acertadamente as variações ocupacionais de prédio a prédio, podendo haver alguns com número de moradores maior que outros. Apesar disso, comparando esses valores com os de outras travessas da ci-

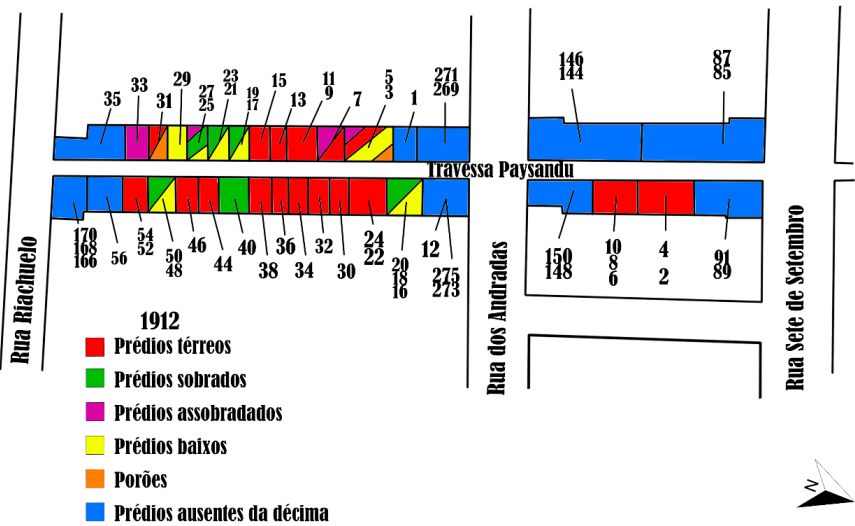
10 Um levantamento realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em outra etapa da pesquisa, encontrou 140 matérias jornalísticas relevantes que citavam o Beco do Fanha/Travessa Paysandu entre os anos de 1910 e 1919.

dade, percebemos que a Paysandu era de longe a mais populosa: a Travessa Angustura contava com 4 prédios e um total de 26 moradores, com densidade de 6,5 por prédio; a Travessa Itapiru tinha 21 prédios e 75 moradores, 3,5 para cada prédio; e a travessa Araújo Ribeiro apresentava 5 prédios e apenas 12 habitantes, menos de dois por prédio. Se comparado com a rua dos Andradas, com 396 prédios e 2454 habitantes, com densidade de 6,2 por prédio, o Beco do Fanha se assemelhava às grandes ruas da capital em densidade habitacional.

É em frente a esse cenário que o intendente José Montauray, amparado pela opinião pública e pelo Conselho Municipal, deflagra a operação de remodelação do Beco do Fanha, impondo àquela via de populares a modernidade da Travessa Paysandu. Celia Ferraz de Souza, discorrendo sobre os limites do orçamento municipal que impediam Montauray de fazer grandes obras, menciona, de passagem, que o intendente estaria envolvido em uma reforma pequena, mas já bastante onerosa para os encargos municipais: “Travava-se da transformação de um dos becos transversais do centro da cidade em uma rua de 13 metros de largura e com uma extensão a mais de 270 metros, o que implica em desapropriações, que já estavam sendo feitas” (SOUZA, 2010, p. 84).

Observando o cruzamento das fontes para 1912 [Planta 4], ano em que se iniciam as desapropriações e obras, podemos perceber uma dinâmica ainda semelhante à dos anos anteriores. Contudo, como no recorte anterior, uma nova categoria surge entre os prédios, apesar de bastante tímida: os porões. Crê-se que esse tipo de construção seja autoexplicativo, mas uma incursão pela historiografia ainda vem a calhar. Silvia Arend já nos lembrou, em momento anterior neste texto, que os populares viviam geralmente em três tipos de habitações, sendo os porões um deles. Sandra Pesavento considerou que, no linguajar da virada do século, o termo cortiço poderia significar, entre outras coisas, as “constru[ções] de alvenaria subdividida[s] em vários cômodos e que passam a aproveitar também o subsolo” (PESAVENTO, 2001a, p. 113). Esses locais subterrâneos, naturalmente mais propensos à umidade e à transmissão de doenças respiratórias, “se constituíam em grau de estigmatização ainda maior”. Formavam mesmo “um submundo, nocivos não só para seus habitantes como para a cidade como um todo, pois eram foco de miasmas pestíferos” (PESAVENTO, 2001a, p. 115).

Planta 4 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1912



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 484, livro 225; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

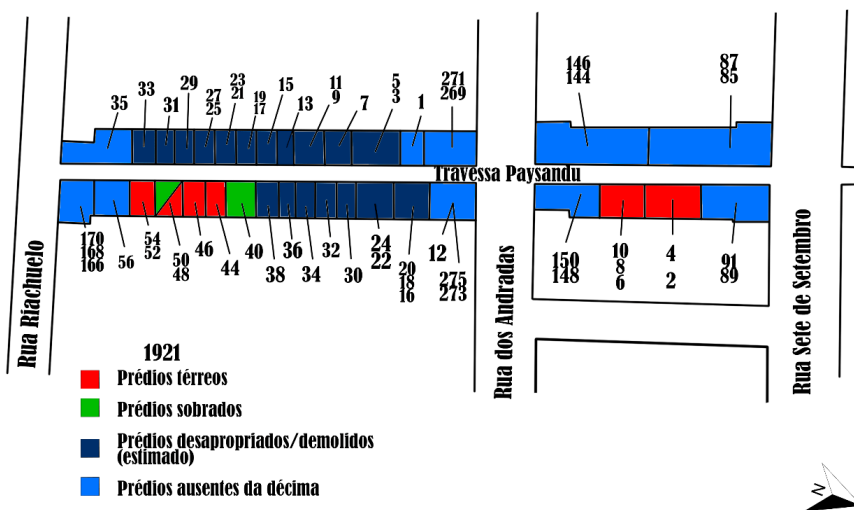
Essas habitações, como se vê pelas matérias jornalísticas, não gozavam do apreço das autoridades ou da opinião pública da época. Mas os trabalhadores, impedidos de adquirir boas e higiênicas casas em locais apropriados da urbe, precisavam escolher entre o porão e a rua. Nesse sentido, seria interessante saber o valor dos aluguéis pagos para residir naqueles porões. Os campos de observações não trazem nenhuma contribuição; sendo assim, é possível fazer os cálculos com base em seus valores locativos semestrais. Daí resulta que o porão de número 3A deveria ter um aluguel mensal na faixa dos 15\$000 (valor semestral de 90\$000), enquanto o de número 31A provavelmente girava em torno de 10\$000 (60\$000 semestrais). Eram valores baixos, mas não de forma surpreendente. Em 1912 o imóvel com maior valor semestral era o de número 9, térreo, calculado em 420\$000, exatamente condizente com seu aluguel mensal de 70\$000 anotado nas observações.

Apesar de não termos, por ora, comparações com os aluguéis de outras ruas da cidade naquele período, é possível especular que o Beco do Fanha havia atingido um ponto de estabilidade material por volta do início da década de 1910. O prédio número 9 permanece como o mais valorizado até 1917, quando é desapropriado pela Intendência conforme as observações da décima urbana. Esta registra, a partir de 1915, um retorno às tipologias prediais mais básicas: baixos, térreos e sobrados. Depois de 1912, com o início

das desapropriações, demolições e obras, o número de prédios começa a diminuir. O momento mais drástico desse processo se dá entre 1920 e 1921, quando o beco perde 35% dos seus prédios, restando apenas 13.

No ano com o menor registro de prédios na décima urbana do Beco do Fanha [Planta 5], o recurso visual da planta cadastral apresenta um pequeno grupo de prédios reunidos no topo da rua, ao lado esquerdo (de numeração par, inferior na Planta 5), além dos imóveis da quadra entre a Andradas e a Sete de Setembro. Os prédios ausentes da décima também foram assinalados, embora se saiba que alguns deles tenham sido demolidos para a construção de novos prédios. Foi o caso dos prédios de esquina com a Andradas, números 269-271 e 273-275, que deram lugar, respectivamente, à nova sede do jornal A Federação e ao Grande Hotel de Christino Cuervo.

Planta 5 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1921



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 510, livro 342; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

A partir da renovação daquele espaço por meio da desagregação das habitações populares e do alargamento da via, a finalmente concretizada e “moderna” Travessa Paysandu surge dando sinais de vida nova e novas oportunidades. Apenas um ano depois, em 1922, já surge o primeiro sobrado, de número 38, com valor locativo estipulado em 1:080\$000 semestrais em cada um de seus pavimentos. É provável que se tratasse de um prédio de dois andares e um térreo, pois em 1923 também constava o número 38A,

baixo, com valor estimado de 1:200\$000. Se repetirmos o cálculo anterior, pode-se estipular que os aluguéis desses imóveis giravam em torno dos 180\$000 e 200\$000, mais do que o dobro dos preços mais altos encontrados na via antes das reformas. Era uma vida nova, sim; mas não para a gente simples da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerremos assinalando os momentos essenciais desse processo de transformação do Beco do Fanha em Travessa Paysandu. Como vimos, os anos entre 1897 e 1912 marcam o período de maior vitalidade do beco dentro do recorte escolhido. Os imóveis passam por frequentes mudanças de tipologia, inclusive ganhando novas subdivisões internas. Também os inquilinos parecem ocupar e desocupar esses prédios em períodos curtos, pagando aluguéis que variavam entre 10\$000, dos mais baratos, até 70\$000, os mais caros. Apesar disso, parecia existir lá habitações para todos os tipos de gostos e necessidades, convivendo lado a lado os porões, casas térreas, sobrados e assobradados.

De fato, foi possível analisar aspectos da materialidade da Travessa Paysandu através do recurso às décimas urbanas. Espera-se que este esforço tenha contribuído, assim como outros trabalhos já fizeram, para enriquecer o debate sobre as histórias das cidades brasileiras de finais de século XIX e inícios do XX. Há potenciais muito significativos ainda não explorados nessas fontes. Uma análise sistemática das décimas urbanas de Porto Alegre, em larga escala, talvez empreendida por diversos pesquisadores, poderia trazer à tona dinâmicas ainda pouco conhecidas.

Em 1912, momento em que a Intendência inicia as desapropriações e reformas no beco, sua população deveria girar em torno dos 250 habitantes. Ao longo de menos de uma década, a maioria dos imóveis foi adquirida pelo poder público e demolida para que a via pudesse ser alargada. O cenário surgido disso foi o de um espaço vazio e valorizado bem no centro de Porto Alegre, disponível para a compra e construção de novos prédios, mais adequados à visão de cidade moderna defendida pela elite e pelo governo. Os sobrados construídos após 1921 são os primeiros indícios de que a transformação do Beco do Fanha em Travessa Paysandu fora bem sucedida.

REFERÊNCIAS

- AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar?: A família popular no final do século XIX*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 98 p.
- A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1º de Fev. 1911, Edição 28, p. 1. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 01/12/2021.
- _____, Porto Alegre, 3 de Dez. 1912, Edição 281, p. 3. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 01 dez. 2021.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1897*, prateleira 459, livro 48.
- _____. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1904*, prateleira 470, livro 128.
- _____. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1912*, prateleira 484, livro 225.
- _____. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1921*, prateleira 510, livro 342.
- _____. Mapoteca: *Levantamento cadastral de 1893*.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. *Urbana*, v.6, n.8, 2014, CIEC/Unicamp, Campinas, p. 63-94.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, [S. l.], v. 13, 2005.
- _____. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018.
- _____. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. 2018. 422p. Tese (Livre Docência em História da Arquitetura e Estética do Projeto) - Universidade de São Paulo, SP, 2018a.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas - Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Erus, 1983 [1881].
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS/Editora da Universidade, 1988.
- GRIBAUDI, Maurizio. Continuité et changements dans l'évolution d'une ville. Notes et questions sur le Paris de la première moitié du XIXe Siècle. Paris: *Transversalités*, no. 134, 2015/3, pp. 11-28.
- KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspec-

- tiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 2017, São Paulo. *Anais do XVII ENANPUR*, 2017.
- KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2015. 271 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.
- LEMONS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- MONTEIRO, Charles. *Porto alegre - urbanização e modernidade: A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 153 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. 1 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001a. 357 p.
- _____. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b.
- PORTO ALEGRE. *Lei Municipal nº 5*. Porto Alegre: Procuradoria Geral do Município, 31/12/1892.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SOUZA, Celia Ferraz De. *Plano geral de melhoramentos de porto alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. 2 ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010. 272 p.
- WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848 - 1858. In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, n. 6, v. 2, p. 151-205, 1980.

Submetido em 01/12/2021

Aceito em 10/06/2022